

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	17
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	23
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	24
10.8 - Plano de Negócios	25
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição de gerenciamento de riscos e de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hedge* natural às importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Junho 2019
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho 2019
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho 2019
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2019

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril 2019
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Abril 2019
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Abril 2019

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrição do gerenciamento de risco de mercado

Respondido no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Controles internos

- a) Principais práticas: Análises de relatórios no ERP principal e ERP gerencial da companhia, bem como confronto de informações com planilhas auxiliares de gestão e relatórios contábeis da empresa.
- b) Estruturas organizacionais envolvidas: Grupos mistos que englobam Diretoria, Gerências, Coordenadores e supervisores de área em estruturas de linha e cruzadas entre áreas distintas.
- c) A eficiência dos controles é supervisionada diretamente pelo Diretor Administrativo Financeiro e pelo Diretor Operacional da Companhia.
- d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório de auditoria independente: a Administração da companhia entende não haver deficiências significativas e relevantes que justifiquem ênfase nessa seção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia está estruturando seu programa de compliance, com vistas a ter mecanismos e procedimentos que visem prevenir, detectar e tratar qualquer violação à Lei Anticorrupção brasileira. Foi designada uma instância interna responsável pelo trabalho e realizado mapeamento de riscos de compliance. O mapeamento está servindo de base para formatação e formalização dos procedimentos e processos de integridade, que estão em desenvolvimento. A Companhia possui projeto de Código de Ética e Conduta, políticas e cláusulas em seus contratos com terceiros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

O desempenho do Brasil no contexto mundial segue pífio, e idêntico ao de 2017, de 1,1%. China e EUA seguem as locomotivas do crescimento mundial, com 6,6% e 2,9% respectivamente, enquanto a zona do euro cresceu 1,9%. A média dos BRICs alcançou 5,1% de crescimento no ano. No âmbito microeconômico observou-se a manutenção dos índices de inflação e da taxa de juros, porém ainda insuficientes para garantir a plena retomada da atividade econômica. A Selic foi mantida em 6,5% em todo o exercício, enquanto o câmbio desvalorizou. O dólar médio de 2018 alcançou R\$ 3,68 enquanto em 2017 fora de R\$ 3,20, porém não suficiente para potencializar as exportações.

Diante desse contexto, os impactos na Companhia são sentidos em menor volume de venda de produtos mais caros e de maior valor agregado. Entretanto, registra-se o impacto positivo que a manutenção da taxa de juros traz na diminuição da despesa financeira líquida da empresa, que por estratégia se mantém alavancada e a melhor participação da receita no mercado externo.

Mais uma vez não houve quaisquer evoluções em temas cruciais como reforma tributária, política e desenvolvimento de infraestrutura no país, havendo ainda a clara ausência de condições para investimento no Brasil, tanto por condições de demanda, quanto por linhas ofertadas pelo BNDES, mantendo a total inércia em investimentos de bens de capital no país, o que não induz a companhia a implantar investimentos de relevância em ativos fixos.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2018 apresentou uma produção de 12 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 8,5 milhões de toneladas. O déficit da safra de arroz no Brasil foi de 2,5% no exercício. A produtividade média no Brasil foi praticamente estável, quando comparada à anterior, de 6.195Kg/há contra 6.223kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2018 foi de R\$ 38,40, 5,2% abaixo dos R\$ 40,51 no exercício de 2017.

Diante do nível mais baixo dos preços praticados, e do movimento dos preços da principal matéria prima ao longo do exercício, a JOSAPAR reduziu receita financeira e margens médias, porém resguardou seu posicionamento de marca no mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras informações relevantes sobre política de gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações consideradas relevantes pela Administração da companhia sobre política de gerenciamento de riscos e controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 Os diretores devem comentar sobre:****(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

O desempenho do Brasil no contexto mundial segue pífio, e idêntico ao de 2017, de 1,1%. China e EUA seguem as locomotivas do crescimento mundial, com 6,6% e 2,9% respectivamente, enquanto a zona do euro cresceu 1,9%. A média dos BRICs alcançou 5,1% de crescimento no ano.

No âmbito microeconômico observou-se a manutenção dos índices de inflação e da taxa de juros, porém ainda insuficientes para garantir a plena retomada da atividade econômica.

A Selic foi mantida em 6,5% em todo o exercício, enquanto o câmbio desvalorizou. O dólar médio de 2018 alcançou R\$ 3,68 enquanto em 2017 fora de R\$ 3,20, porém não suficiente para potencializar as exportações.

Mais uma vez não houve quaisquer evoluções em temas cruciais como reforma tributária, política e desenvolvimento de infraestrutura no país, havendo ainda a clara ausência de condições para investimento no Brasil, tanto por condições de demanda, quanto por linhas ofertadas pelo BNDES, mantendo a total inércia em investimentos de bens de capital no país.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2018 apresentou uma produção de 12 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 8,5 milhões de toneladas. O déficit da safra de arroz no Brasil foi de 2,5% no exercício. A produtividade média no Brasil foi praticamente estável, quando comparada à anterior, de 6.195Kg/há contra 6.223kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2018 foi de R\$ 38,40, 5,2% abaixo dos R\$ 40,51 no exercício de 2017.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2018 e 2017:

	2018 (R\$ Mil)	2017 (R\$ Mil)	Variação R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	1.208.017	1.180.430	27.587
Vendas Líquidas	1.106.752	1.069.282	37.470
Lucro Bruto	331.173	311.506	19.667
% LB s/VL	30%	29%	0,8 p.p.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ebitda	81.376	82.816	-1.440
% Ebitda s/VL	7,4%	7,8%	-0,4 p.p.
Lucro Líquido	24.124	19.152	5.684
% LL s/VL	2,2%	1,8%	0,4 p.p.

A margem bruta da Companhia foi de 30% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 331 milhões). A variação no nível de preços da principal matéria prima da Companhia, a concentração do varejo e a crescente competitividade do setor no Brasil influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$ 432 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 29,2 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 159 milhões, contra R\$ 176 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

A pressão nas margens, ocasionadas pelo movimento de queda no preço da matéria prima colaboraram para o menor resultado operacional permitindo, no entanto, uma menor necessidade de capital de giro operacional no decorrer do exercício. Tais fatores atrelados à queda das despesas financeiras resultaram no lucro líquido de R\$ 24 milhões (R\$ 2.279 pelo lote de 1.000 ações). No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$ 19,2 milhões (R\$ 1.809 pelo lote de 1.000 ações).

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.**

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantesQuadro dos financiamentos existentes em 31/12/2018

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
Moeda interna	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Financiamento para investimentos	5.387	6.249	5.387	6.249
Crédito Rural – recursos livres	186.615	117.582	186.615	117.582
Capital de giro	182.565	207.631	182.565	207.631
Arrendamento mercantil	40	72	40	72
Total	374.607	331.534	374.607	331.534
Moeda estrangeira				
Financiamento para investimentos	90	90	90	90
Capital de Giro-FINIMP	17.376	18.028	17.376	18.028
Total	17.466	18.118	17.466	18.118
TOTAL CIRCULANTE	392.073	349.652	392.073	349.652
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Moeda interna				
Financiamento para investimentos	22.939	26.809	22.939	26.809
Capital de giro	269.523	174.472	269.523	174.472
Crédito Rural – recursos livres	216.275	269.991	216.275	269.991
Total	508.737	471.272	508.737	471.272
Moeda estrangeira				
Financiamento para investimentos	278	343	278	343
Total	278	343	278	343
TOTAL NÃO CIRCULANTE	509.015	471.615	509.015	471.615
Vencimentos de longo prazo	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
2019	-	346.563	-	346.563
2020	374.201	110.415	374.201	110.415
2021	96.918	4.665	96.918	4.665
2022	18.098	2.703	18.098	2.703

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2023	14.676	2.147	14.676	2.147
2024	1.669	1.669	1.669	1.669
2025	1.791	1.791	1.791	1.791
2026	1.662	1.662	1.662	1.662
Total	509.015	471.615	509.015	471.615

	Indexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	4,96%	a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,92%	a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32%	a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,14%	a.a
Investimentos em moeda nacional	TLP - IPCA	2,78%	a.a.
Crédito Rural – recursos livres	CDI	1,31%	a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	4,77%	a.a
Capital de Giro	CDI	2,14%	a.a

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a. Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$4.484 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a companhia, pois não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia, pois não há restrições impostas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2018 com 2017 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, clientes e estoques e adiantamento a fornecedores. Observa-se também uma melhora no perfil do endividamento, face as melhores condições de oferta, prazos e taxas do mercado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Os diretores devem comentar sobre:****(a) Resultados das operações do emissor, em especial:****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**

- O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2018
Arroz Branco	52%
Arroz Parboilizado	11%
Produtos valor agregado	9%
Feijão	2%
Adubo	20%
Imóveis	3%
Demais Produtos	3%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria da prima do arroz, e sua variação no decorrer do exercício.

(b) Variações das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

A manutenção do faturamento bruto (R\$ 1,2 bilhão em 2018 contra R\$ 1,2 bilhão em 2017) é atribuída a composição do mix de vendas físicas.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços). O câmbio pode incrementar ou retrain a competitividade das exportações e a taxa de juros influi diretamente no volume de despesa financeira da Companhia, que por estratégia operacional se mantém alavancada.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica a companhia, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia, pois não houve nova constituição, aquisição ou alienação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia, pois não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Mudanças nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases:****(a) Mudanças significativas nas praticas contábeis**

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica a companhia, pois não houve ressalva ou ênfase no parecer.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Apuração do resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

Ativos e passivos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 52 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

Imobilizado, intangível e diferido:

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes. Para o exercício de 2018 não foram identificadas perdas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Investimentos: Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demais passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

Imposto de Renda e contribuição social: Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Utilização de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisões para contingências: A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Moeda: Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Novas normas e interpretações:

Em 2018 foi publicada a norma IFRS 16 (CPC 06 R2) – Arrendamento mercantil, a qual é aplicável prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento existentes, a menos que o contrato possua um prazo igual ou menor que doze meses ou um valor imaterial. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**Instrumentos Financeiros derivativos**

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2018 em R\$ mil:

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI	CDI dez18	6,50%	aa		manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato					6,50% CDI aa	8,13% CDI aa	9,75% CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/18	R\$160.784	diversos	CDI	diversos	R\$178.305	R\$181.887	R\$185.509
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$0	R\$3.582	R\$7.204

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475/08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

- Planos de Pensão: Não se aplica a companhia, pois não há planos de pensão.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica a companhia, não há.
- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica a companhia, não há.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras:

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados:

Não há comentários sobre itens não evidenciados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 12,7 milhões e foram realizados em adequação e modernização tecnológica dos processos industriais.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações indiretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia, pois não houve, nem há desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há aquisição que influencie a capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento:

A Josapar mantém diversas pesquisas em produtos relacionados à cadeia do arroz, soja, subprodutos derivados destes grãos e insumos agrícolas. A administração entende que uma abordagem pública mais específica e detalhada sobre esse tema possa comprometer o sigilo sobre a vanguarda dos possíveis lançamentos futuros.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

R\$ 658 mil foram gastos no desenvolvimento de novos produtos no decorrer do exercício.

(iii) Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia, pois não há projetos em andamento divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Vide resposta item (ii).

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa seção:

Não se aplica à Companhia, pois não há outros fatores descritos nessa seção.